

<http://doi.org/10.47369/eidea-25-3-4821>

Recebido em: 12/09/2025

Aprovado em: 29/11/2025



Racismo estrutural e imaginários sociais

Uma abordagem semiolinguística de gêneros multimodais midiáticos

Amanda Heiderich Marchon

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

orcid.org/0000-0002-6576-949X

Lúcia Helena Martins Gouvêa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

orcid.org/0000-0002-8743-4033

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

orcid.org/0000-0001-8057-9961

Neste artigo, apresentamos uma proposta de análise do ato de comunicação, tendo como fio condutor a dimensão social da linguagem em suas diferenças constitutivas. Focalizamos os processos enunciativos e as estratégias discursivas utilizadas por sujeitos enunciadorees em dois gêneros textuais que versam sobre o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Nesse espaço, o foco de interesse é a ação e a influência do Sujeito Comunicante sobre o Tu Interpretante, por meio de diferentes estratégias argumentativas. Sob a fundamentação teórica dos principais conceitos da Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2005, 2008), a pesquisa confere ênfase especial a análises que dão visibilidade aos processos de semiotização do mundo – transformação e transação – e aos sentidos dos discursos resultantes da interação dos sujeitos, sob o domínio de diferentes contratos comunicativos, fundamentados em imaginários sociais.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Enunciação. Estratégias argumentativas.

Racismo estructural e imaginarios sociales: un enfoque semiolinguístico de géneros multimodales mediáticos

En este artículo presentamos una propuesta de análisis del acto de comunicación, teniendo como eje conductor la dimensión social del lenguaje en sus diferencias constitutivas. Nos centramos en los procesos enunciativos y en las estrategias discursivas utilizadas por los sujetos enunciadorees en dos géneros textuales que abordan el racismo estructural presente en la sociedad brasileña. En este espacio, el foco de interés es la acción y la influencia del Sujeto Comunicante sobre el Tú Interpretante, por medio de diferentes estrategias argumentativas. Con base en los principales conceptos de la Teoría Semiolinguística del Discurso (Charaudeau, 2005, 2008), la investigación otorga especial énfasis a los análisis que dan visibilidad a los procesos de semiotización del mundo – transformación y transacción – y a los sentidos de los discursos resultantes de la interacción de los sujetos, bajo el dominio de diferentes contratos comunicativos, fundamentados en imaginarios sociales.

Palabras clave: Racismo estructural. Enunciación. Estrategias argumentativas.

Structural racism and social imaginaries: a semiolinguistic approach to multimodal media genres

This paper presents a proposal for analyzing the act of communication, guided by the social dimension of language in its constitutive differences. It focuses on the enunciative processes and discursive strategies employed by enunciating subjects in two textual genres addressing the issue of structural racism in Brazilian society. In this context, the core interest lies in the action and influence of the Communicating Subject upon the Interpreting You, through various argumentative strategies. Grounded in the theoretical framework of the main concepts of the Semiolinguistic Theory of Discourse, (Charaudeau, 2005, 2008), the study places particular emphasis on analyses that shed light on the processes of semiotization of the world—transformation and transaction—and on the meanings of discourses arising from the interaction between subjects, under different communicative contracts shaped by social imaginaries.

Keywords: Structural racism. Enunciation. Argumentative strategies.

Introdução

Dentre as Ciências da linguagem, a Análise do Discurso, em sua abrangência temática, dialoga com várias teorias por meio de interfaces que têm em comum o estudo do texto como evento comunicativo de que resulta uma unidade de sentido - coerência - coconstruída pelos interagentes associados a um contexto social determinado. Assim todo texto/discurso deve ser considerado como um ato de comunicação que se concretiza em vários códigos linguísticos, interligados a um contrato regulador durante o processo de interlocução. Diante dessa perspectiva comunicativo-interacional, a língua deve ser considerada como dialógica e os participantes “atores” sociais e discursivos cuja atuação conjunta constrói a significação.

Dessa forma, não se pode desconsiderar o momento histórico em que vivem os sujeitos, seu condicionamento social, o caráter sociocognitivo, a cultura e o processamento mental do conhecimento que envolvem crenças e valores derivados de imaginários sociais. Nesse sentido, para se compreender um texto, mobiliza-se, além do conhecimento linguístico, toda a gama de experiências adquiridas na convivência social e nas diversas situações comunicativas.

Dentre as teorias de texto que se realizam em interfaces, destaca-se a Teoria Semiolinguística do Discurso, (Charaudeau, 2008) por operar por meio de um processo semiótico e linguístico. Do ponto de vista semiótico, considera-se que a construção do sentido e sua configuração são feitas por meio de uma interrelação forma/sentido em vários sistemas semiológicos, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, que possui projetos de influência social. Quanto à parte linguística, destaca-se que a matéria principal da forma são as línguas naturais que, pela articulação de suas unidades sintagmáticas e paradigmáticas, em vários níveis,

impõem um procedimento de semiotização do mundo. Esse processo contempla a transformação ou a tradução desse “real” para o discurso, diferentemente de outras linguagens. Isso quer dizer que, embora outras formas semiológicas participem desse processo, de algum modo, há a predominância da linguagem verbal, mesmo implícita.

Com base na interface entre as diversas ciências da linguagem, este artigo intenta demonstrar como princípios teórico-metodológicos da Semiologia podem subsidiar análises e reflexões sobre a natureza textual-discursiva de um corpus constituído de dois diferentes gêneros textuais – capa de jornal e histórias em quadrinhos. A temática principal focaliza o racismo contra populações afrodescendentes, ideias que perduram desde o período da escravidão colonial até os dias de hoje. Os reflexos negativos são observados nas classes sociais menos privilegiadas, em que predominam negros e mestiços, que sofrem os efeitos da desigualdade social e do preconceito.

Perseguindo esses objetivos, a pesquisa apresenta as seguintes seções: além desta Introdução, uma parte teórica relativa a fundamentos da Semiologia, como o ato de comunicação, a ação de sujeitos sociais e discursivos em sua *mise-en-scène* textual, a presença de crenças e valores derivados de imaginários sociais e as estratégias utilizadas no processo de semiotização do mundo, por meio das operações de transformação e de transação. Tais conceitos servirão de base para análise qualitativa de dois textos, de gêneros textuais diferentes – capa de jornal e tirinha (história em quadrinhos) –, os quais focalizam o racismo e o preconceito social contra as classes menos favorecidas. A fim de se oferecer uma melhor contextualização do problema, faz-se também um registro histórico do período da escravidão no Brasil, desde a época colonial até a abolição em 1888, suas causas e consequências negativas, cujos traços estão visíveis na sociedade brasileira atual.

Por meio de um processo de (des)colonização, propõe-se revisão de conceitos da época, relativos à escravidão, ainda presentes na sociedade. Propõe-se uma nova leitura do tema, por meio da análise de textos que comprovam a persistência do racismo e do preconceito. Defende-se a necessidade de se discutir o assunto, propor novas visões e apresentar soluções definitivas.

A seguir, apresenta-se um histórico do período colonial escravocrata no Brasil, com o fim de situar o problema da escravidão, cujas consequências são visíveis na sociedade brasileira atual.

1 O período da escravidão: uma mancha em nossa história

No livro “A escravidão no Brasil” (2012), Jaime Pinsky faz um retrato histórico da escravidão, lembrando que o fenômeno escravocrata foi comum e recorrente na história humana, desde a antiguidade greco-latina, passando pela era medieval até a época dos descobrimentos e que se prolongou nos séculos de colonização. Com documentação farta e adequada, lembra historiadores e cronistas dos séculos XV e XVI, que relatam que a busca aleatória de escravos no norte da África – às vezes como espólio de guerras entre as tribos –, e sua exposição e venda no centro de Lisboa eram cena comum. Segundo Pinsky (2012, p. 8), numa crônica de 1444, o famoso cronista Zurara conta que uma expedição vitoriosa trouxe cerca de 200 escravos a serem vendidos no centro de Lisboa e que a cena o emocionou, tal era o estado de espírito dos cativos: cabisbaixos, se lamentando e se autoflagelando.

Lembra o cronista, no entanto, que, apesar dos males físicos que sofriam e a perda da liberdade, acreditava-se que os escravos seriam recompensados pelo “caminho da salvação espiritual” que lhes era oferecido pela conversão ao cristianismo. Essa crença geral é um dos argumentos que justificava, muitas vezes, a ideia da escravidão, que de Portugal se estendeu logo ao Brasil, pelo menos com o beneplácito da coroa, de parte da sociedade e, também, da religião cristã.

O apoio da Coroa, com o aval da Igreja, e o interesse de comerciantes e fazendeiros – afinal necessitavam de mão de obra – e de traficantes e investidores em caravelas, com lucro certo, graças ao destino da carga humana, foram essenciais para o empreendimento. Todos esses fatos convergiam para a prática usual do tráfico negreiro que trouxe milhões de escravos ao Novo Mundo e rendeu muitos dividendos a todos os envolvidos. Os negros não vieram ao Brasil, foram trazidos contra sua vontade, capturados, como espólio de guerras e vendidos a traficantes que os levavam a um país estranho. Aliados de seus costumes e de sua religião, muitas vezes eram separados, ou nivelados pelos captores para perderem sua identidade, sua origem ou sua língua. Obrigados a trabalhar nas cidades ou em lavouras de cana, mais tarde nas minas de ouro e depois nas plantações de café, eram submetidos a castigos e corretivos com maus-tratos, como fartamente se pode ver em documentos históricos, que retratam também as constantes fugas e a ação dos capitães do mato, que viviam à procura de recompensas por negros fugidos. A existência de rebeliões era uma realidade e a formação de quilombos, como o de Palmares, são uma prova de que nem sempre os negros se sujeitavam sem reação. Outra fonte importante de registro da era

colonial são os escritos de cronistas, como Rugendas e os quadros de pintores como Debret, por exemplo, que fartamente ilustram a vida cotidiana da sociedade colonial e que servem de registro histórico desse período da história do Brasil.

Sabe-se que grande foi a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira, em toda a engrenagem do trabalho nas fazendas e nas cidades – desde o plantio, a manufatura e a exportação dos produtos – até a construção de prédios, a exploração de ouro e outros minérios. Foi igualmente muito importante sua influência na formação de nossa cultura, com incursões na língua, na culinária e, também, nos costumes e nas crenças religiosas. Enfim, no Brasil há um amálgama de culturas tanto indígena como africana que persiste hoje numa sociedade bastante miscigenada como a brasileira, onde a população afrodescendente é maioria.

Ao citar ainda fatos antes da abolição, Jaime Pinsky lembra que, no século XIX, as ideias de liberdade se amplificavam em toda a Europa, mas o tráfico de escravos só foi extinto oficialmente no Brasil, a partir de 1831, já que a atividade ilegal de contrabandistas continuou até a libertação dos escravos pela Lei Áurea em 1888. A persistência da escravidão relacionava-se à ampliação das culturas do café, da cana e do cacau, que necessitavam ainda de mão de obra escrava, facilitada e fornecida pela ação de contrabandistas. Somente no século XIX mais de 750 mil escravos ainda foram trazidos ilegalmente ao país, conforme o autor.

Mesmo após a libertação, os negros enfrentaram problemas sociais e econômicos, cujas consequências se refletem até hoje, na divisão da sociedade em pobres e ricos, com predomínio da pobreza entre pretos, pardos e indígenas. Considerada um dos capítulos mais sombrios de nossa história, a escravidão de índios e negros é uma mancha que ainda deixa vestígios até hoje. Ao se pensar, por exemplo, nas guerras, mortes e expulsão do índio para o interior do país, hoje sobrevivendo em reservas e na tragédia social da divisão de classes e a desigualdade social, temos de considerar as graves consequências sociais da vinda forçada de escravos da África e sua vida sem o adequado apoio governamental após a abolição.

Não se pode esquecer também a penúria do transporte dos escravos, em navios negreiros cuja travessia levava mais de 30 dias, quando senão meses, por causa das calmarias. O poema *O navio negreiro* de Castro Alves é um libelo contra o transporte e o comércio de escravos, que impactou a sociedade e serviu de base para as campanhas dos abolicionistas. Eram notórias a falta de higiene – o odor dos navios

antecipava sua chegada – e as condições de acomodação em porões infectos – muitos morriam na travessia e calcula-se uma perda de 40 por cento da carga humana. Vinham acorrentados e aqui eram marcados a ferro (no ombro, coxa ou peito), antes de serem vendidos e levados às fazendas longínquas, separados de suas famílias, para evitar a formação de grupos. Todos esses fatos confluem para a conclusão de que é grande a dívida que a sociedade brasileira da época tem para com os escravos. Os números não deixam dúvidas: dos mais de oito milhões de escravos trazidos da África, pouco mais de dois milhões conseguiram sobreviver, por mais tempo e deixar descendência, que constitui hoje grande parte da população bastante miscigenada como é a brasileira. Infelizmente muitos ainda recusam a enxergar a realidade da persistência atual do racismo, entre nós, talvez reconfortados pela criação e fomento do mito da democracia racial.

Endossamos as palavras de Pinsky (2012), sobre a permanência do racismo entre nós, mesmo na atualidade.

A escravidão não é simplesmente um fato do passado. A herança escravista continua mediando nossas relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina características e habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas, carnaval) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial, sobretudo quando se associa classe social e cor da pele. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo. (Pinsky, 2012, Prefácio à nova edição).

Mais recentemente, é relevante dizer que se constrói paulatinamente uma revisão do problema relacionado à histórica convivência de diferentes etnias no Brasil. Uma nova concepção sobre os conceitos de raças, gênero e divisão de classes vem surgindo, graças aos movimentos sociais, capitaneados pela participação mais ativa nos movimentos de negros, mestiços e de minorias, como a que restou dos povos indígenas. Ressalte-se que há outros setores da sociedade que também buscam igualdade de direitos. Esses movimentos, muito diversos e que têm ramificações, abrangem um conjunto mais amplo de reinterpretação de conceitos antigos, arraigados na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessária uma revisão histórica da colonização no Brasil e dos problemas raciais, por meio de um processo que se denomina “decolonização/descolonização” de conceitos, que será discutido no item a seguir.

2 O conceito de de(s)colonização de ideias

A de(s)colonização de ideias refere-se ao processo de se libertar do pensamento e das formas de conhecimento impostas por colonizadores, que dominaram e moldaram sociedades como a brasileira. Implica desconstruir a visão de mundo eurocêntrica, valorizar saberes locais e outras formas de conhecimento que foram suprimidas e desacreditadas pela colonização, promovendo, enfim, uma reescrita da história e uma nova compreensão do mundo.

O termo engloba um amplo leque de ideias que transcende os padrões coloniais, já tácitos na sociedade da época e propõe um “desfazer do conceito colonial”, (Gonzaga e Silva, 2021) por meio de uma recolocação do debate, a partir de uma revisão histórica dos conceitos de raça, cultura e valores. Em outras palavras, precisamos nos posicionar de forma diversa, contrária aos sistemas velados de dominação, presentes até hoje em alguns grupos sociais.

Busca-se, assim, uma reconstrução do ser, do poder e do saber, tomando-se consciência de que as relações de dominação não desapareceram, mas que é possível tornar viáveis outras maneiras de pensar, propor uma nova cosmovisão em diálogo com uma antiga lógica predominante em nossa cultura.

Todas essas medidas avaliativas têm por fim promover uma revisão do passado e uma tentativa de reinterpretação dos fatos e reavaliação das injustiças cometidas pela sociedade da época.

Enfim, muitas discussões poderiam ser feitas a respeito do tema da necessária inclusão social de nossa população mestiça, quer descendente de negros, de indígenas, quer de certos grupos de imigrantes. Há, ainda, uma noção bastante negativa em relação aos pobres e aos desvalidos em geral, desamparados socialmente e que não têm acesso aos direitos que lhes são garantidos pela Constituição.

O reconhecimento atual da necessidade de cotas escolares para o ingresso e manutenção de alunos em escolas, a necessidade de se oferecer educação de qualidade a todos, o direito à plena assistência na área da saúde, ao tratamento igualitário entre as pessoas de qualquer origem ou gênero e à oferta de emprego e salário dignos, estendido a todas as classes, constituem temas frequentes em debate, em vários veículos. Pode-se considerar que essas ideias representam um avanço, quando se percebe que a sociedade atual olha para esses assuntos de forma mais

atenta e abrangente e as discussões se tornam mais efetivas com propostas suscetíveis de transformações e mudanças.

A pesquisa em pauta evoca as razões históricas que explicam o panorama atual, no que se refere ao lugar do negro e dos mestiços na sociedade. Como afirmam Alvares *et al* (2022, p.25), “a ferida aberta pelo ferro em brasa nos corpos vendidos como escravos ainda sangra, mesmo séculos depois, em uma sociedade em que prevalece o preconceito e existe a crença de que valores como inteligência, bondade ou retidão de caráter se medem pela cor da pele”.

Nas seções seguintes, além da fundamentação teórica, apresentaremos a análise de dois textos atuais em que se nota um sentimento racista que persiste na sociedade.

No que diz respeito à metodologia de análise, serão evocados princípios-chave da Teoria Semiociológica de Discurso (Charaudeau, 2008), que adota a perspectiva pragmático-enunciativa e concebe a linguagem como um ato de encenação, obediente a um contrato comunicativo. Assim, serão analisados os textos como discurso, o papel dos sujeitos sociais e discursivos, o quadro contratual de comunicação e as marcas linguísticas da enunciação encarregadas de suscitar emoção e provocar efeitos patêmicos persuasivos.

3 Teoria Semiociológica do Discurso

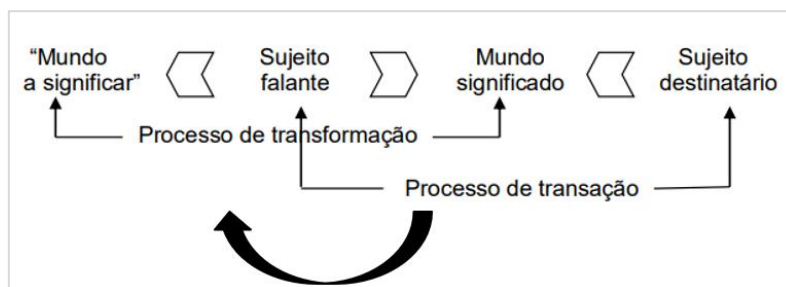
A Semiociologia do Discurso tem seus próprios métodos de análise de texto, o que nos leva a abordar a visão de Patrick Charaudeau (2008), sobre o conceito de “ato de comunicação”.

Partindo do pressuposto de que todo texto constitui uma unidade de sentido, com o objetivo de conquistar a adesão do enunciatário às proposições do enunciador, a Teoria Semiociológica do Discurso entende o texto como um ato discursivo. Trata-se, portanto, de um ato comunicativo de natureza dialógica, que se estabelece entre sujeitos sociais e discursivos. Assim, conceber o texto como discurso implica reconhecer que ele resulta de uma ação estratégica de comunicação, situada em um contexto específico de interação social.

Nessa perspectiva enunciativa, a linguagem possibilita que os sujeitos participantes da interação comunicativa, em um processo cooperativo, realizem a transformação de um *mundo a significar* para um *mundo significado* no plano

discursivo. Isso porque, como afirma Charaudeau (2008, p. 20-21), “o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação”. A Figura 1 exemplifica esse funcionamento de produção de sentido no e pelo discurso.

Figura 1 - Duplo processo de semiotização do mundo



Fonte: elaborado com base em Charaudeau (2005, p. 14)

Considerando que todo ato comunicativo se concretiza por meio de um duplo movimento de construção do sentido – sustentado tanto pela produção elaborada pelo enunciador quanto pela interpretação realizada pelo enunciatário –, Charaudeau (2005) esclarece que o *mundo a significar* corresponde ao espaço onde se localiza o acontecimento em seu estado inicial de ocorrência ou, nas palavras do autor, em seu estado bruto. Sobre essa realidade ainda destituída de significação, incide o *processo de transformação*, responsável por convertê-la de um estado inicial para uma condição interpretada, isto é, um *mundo significado* no e pelo discurso. Tal construção de sentido é condicionada por um *processo de transação*, no qual a instância de produção elabora seu discurso com base na imagem que constrói da instância de recepção; esta, por sua vez, contribui para a construção dos sentidos a partir de seus saberes, valores e imaginários sócio-discursivos.

Segundo Charaudeau (2025), os imaginários sócio-discursivos correspondem a representações coletivas, historicamente construídas e socialmente partilhadas, que orientam a maneira como os sujeitos percebem, interpretam e significam o mundo. Tais representações não se restringem ao âmbito individual, pois resultam de construções simbólicas que circulam e se consolidam por meio das práticas discursivas, sendo constantemente atualizadas e legitimadas nas interações sociais. Ao participarem de um ato comunicativo, enunciador e enunciatário mobilizam esses imaginários como referências comuns que sustentam expectativas, moldam estratégias discursivas e influenciam a produção e a interpretação de sentidos

O ato de comunicação, segundo Charaudeau (2008) comporta dimensões explícita e implícita, de modo que o que é expresso abertamente não esgota o que é, de fato, comunicado – razão pela qual o autor afirma que o sentido é inseparável da situação comunicativa. Para o linguista, um *ato de comunicação* se constitui de quatro princípios básicos: alteridade, identidade, influência e regulação.

O *princípio de alteridade* sinaliza que o ato de comunicação consiste na troca entre dois parceiros simultaneamente semelhantes e diferentes. São ditos semelhantes por compartilhar saberes, e diferentes por apontar para dois indivíduos do mundo, um sujeito comunicante e um sujeito interpretante. O *princípio de identidade* corresponde ao próprio indivíduo, que é constituído a partir de dados sociais e de dados discursivos. Esses dados discursivos estão na base dos dados sociais, já que são estes que dão, ao sujeito, o direito à palavra, fundamentada em sua legitimidade e credibilidade. O *princípio de influência* diz respeito ao desejo ou à necessidade do sujeito de envolver e afetar emocionalmente o parceiro. Por fim, o *princípio de regulação* remete ao uso de estratégias que monitoram a interação e permitem a intercompreensão.

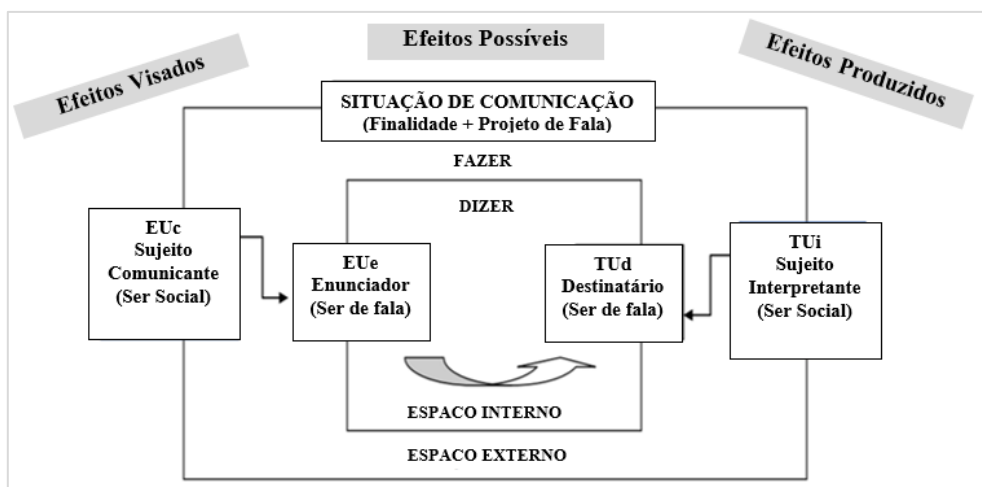
Essas estratégias fazem parte do *contrato de comunicação* (Charaudeau, 2008), conceito basilar da Semiologia do Discurso, uma vez que a interação por meio da linguagem sempre ocorre a partir de um contrato. Todo ato de troca entre os parceiros se realiza numa situação de influência comunicativa e é regulado por um contrato de comunicação. O contrato constitui-se num acordo entre pessoas cujas práticas sociais coincidem, acordo esse que se firma pelo uso das mesmas representações linguageiras dessas práticas sociais.

O *contrato de comunicação* reúne as condições necessárias para que o ato de comunicação se realize, e essas condições se constituem de dois espaços: um espaço de restrições e um espaço de manobras. O *espaço de restrições* se caracteriza por um conjunto de regras que não podem ser infringidas, sob pena de a comunicação não se realizar. Preenchido o espaço de restrições, abre-se o *espaço de manobras*, que corresponde à liberdade que o sujeito enunciador tem de usar diferentes configurações discursivas para alcançar suas metas.

O *ato de comunicação* também combina dois outros espaços indissociáveis: o *espaço do dizer* e o *espaço do fazer*. O primeiro pertence ao circuito interno do ato de comunicação, e o segundo, ao circuito externo. O *espaço do dizer* é o lugar da

instância discursiva, da encenação do dizer, lugar em que atuam os protagonistas – sujeito enunciador (SUE) e sujeito destinatário (SUD) –, os seres da palavra. O *espaço do fazer* pertence ao circuito externo, é o lugar da instância situacional, lugar em que atuam os parceiros – sujeito comunicante (SUC) e sujeito interpretante (SUI) –, são os seres sociais da troca.

Figura 2 - Representação do ato comunicativo



Fonte: elaborado com base em Charaudeau, (2008, p. 52; 2020, p. 255)

Como demonstrado pela figura, o *ato de comunicação* é um encontro de quatro instâncias subjetivas, é um encontro dialético que vai encaminhar o processo de produção e o processo de interpretação: o EUC atua sobre o EUE, que se dirige ao TUD; o TUI constrói uma imagem do EUC, pelo que este apresenta como EUE. Temos, assim, o desdobramento dos lugares enunciativos: EUC e TUI são os sujeitos do fazer; EUE e TUD são os sujeitos do dizer.

No que concerne aos efeitos visados, produzidos e possíveis, Charaudeau (2020, p. 255) explica que

[...] os efeitos visados pertencem ao sujeito comunicante ou locutor, que supostamente viriam de sua intencionalidade, e os efeitos produzidos pertencem ao sujeito receptor, que se envolve em interpretações em função de sua identidade psicossocial. E entre os dois, se podemos dizer as coisas dessa maneira, encontram-se os efeitos possíveis, que estão naquilo que foi dito (o texto). O dito que circula entre os diferentes parceiros de uma troca linguageira é rico de múltiplos sentidos, resultado de coconstruções (o encontro “intenção- interpretação”) que produzem os parceiros da troca.

Nesse processo de coconstrução, parte significativa do sentido pode se manifestar de forma implícita, constituindo um elemento central da argumentação. É nesse ponto que Charaudeau (2008) observa que o aspecto argumentativo de um discurso frequentemente reside no não-dito. Ele assinala ainda que a argumentação não se limita a uma sequência de frases encadeadas por conectores lógicos, mas se estabelece pela relação de causalidade entre proposições, instanciada, na superfície textual, por marcas formais ou, como defendido neste artigo, por imagens e outros índices multimodais.

Com base nessas noções, é possível compreender que, no âmbito do discurso midiático, a produção de notícias e reportagens se estrutura a partir de um contrato de comunicação singular. Conforme observa Charaudeau (2007, p. 86), essa situação comunicativa é regida simultaneamente por dois compromissos complementares: um contrato de informação e um contrato de captação. O contrato de informação está ancorado na visada de fazer saber, buscando atender a uma função social voltada a fornecer ao cidadão dados e relatos que contribuam para seu conhecimento sobre os acontecimentos. Já o contrato de captação, vinculado à visada de fazer sentir, segue uma lógica comercial, interessada em transformar o conteúdo noticioso em produto de consumo, capaz de atrair o público e manter a relevância do veículo frente à concorrência. Essas duas lógicas, embora distintas, operam de forma articulada, orientando as escolhas discursivas que caracterizam o jornalismo contemporâneo.

De acordo com Charaudeau (2008), como a finalidade da informação midiática é a de relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento que dá origem à notícia é selecionado e construído em função de seu *potencial de atualidade*, *sociabilidade* (representação do que acontece no mundo) e *imprevisibilidade*.

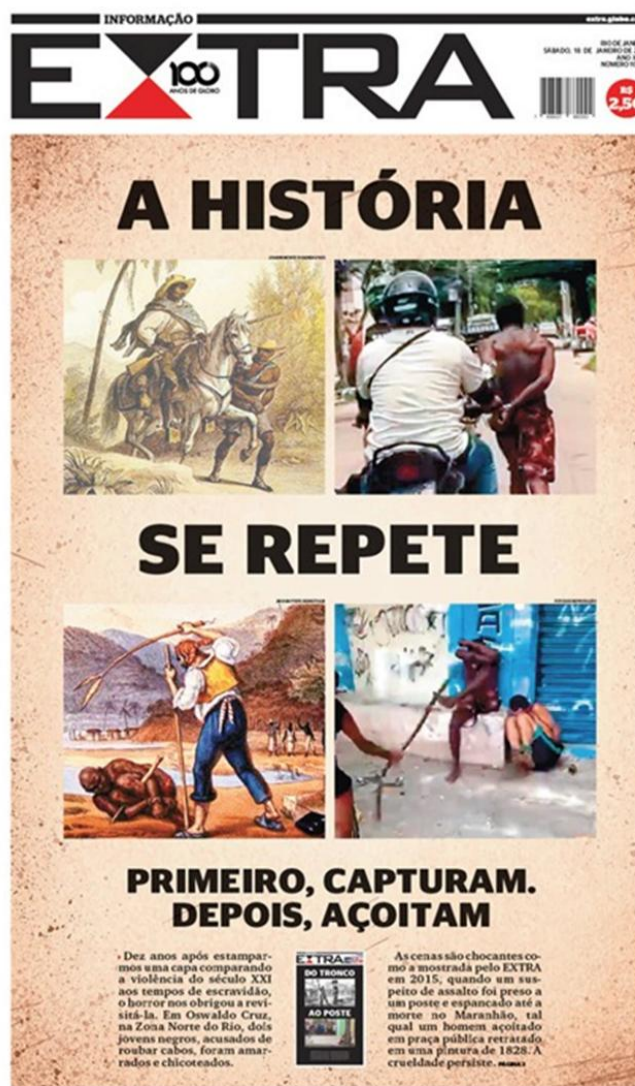
A seguir, a análise dos textos.

4 Capa de jornal e texto em quadrinhos

Abaixo, apresentamos a capa da versão impressa do Jornal Extra, publicada em 15 de janeiro de 2025 e, ao lado, a transcrição do texto ilegível na imagem. A notícia sobre a tentativa de linchamento em Oswaldo Cruz, bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, destaca-se pela forte *atualidade*, relatando um *evento recente* com detalhes precisos, e pela *sociabilidade*, ao expor *a violência urbana em um contexto*

histórico e social mais amplo. A imprevisibilidade do acontecimento, com sua violência extrema e comparações impactantes, perturba as expectativas do leitor, garantindo a relevância e o impacto da notícia no espaço público.

Figura 3 - Capa do Jornal Extra



Fonte: <https://www.facebook.com/jornalextra/posts/a-hist%C3%B3ria-se-repete-primero-capturam-depois-a%C3%A7oitam-veja-a-primeira-p%C3%A1gina-da-/1011865740966540/>. Acesso em: 12 set. 2025

Transcrição: Dez anos após estamparmos uma capa comparando a violência do século XXI aos tempos de escravidão, o horror nos obrigou a revisita-la. Em Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio, dois jovens negros, acusados de roubar cabos, foram amarrados e chicoteados. As cenas são chocantes como a mostrada pelo EXTRA em 2015, quando um suspeito de assalto foi preso a um poste e espancado até a morte no Maranhão, tal qual um homem [...] [[açoitado em praça pública retratado em uma pintura de 1828. A crueldade persiste. PÁGINA 3

A capa do jornal *Extra* pode ser compreendida a partir da articulação entre duas visadas descritas por Charaudeau (2005, 2008): a visada informativa e a visada persuasiva. A interação entre essas duas dimensões demonstra que, no contexto midiático, o ato de informar está intrinsecamente ligado a uma intencionalidade de convencimento.

Conforme aponta Charaudeau (2007, p. 72), “a informação midiática não é jamais neutra, pois está sempre atravessada por estratégias de influência”. A instância de produção, ao mesmo tempo em que veicula informações, recorre a mecanismos discursivos que moldam percepções e orientam a formação de opiniões, valendo-se da seleção de ângulos, da organização de narrativas e do acionamento de recursos capazes de influenciar a forma como o público interpreta os acontecimentos.

Nesse movimento, a dimensão emocional desempenha papel estratégico, conforme pontua Plantin (2010, p. 58). Por meio do que Charaudeau (2010, p. 55) denomina “efeito de patemização”, sentimentos específicos são mobilizados para intensificar o impacto da mensagem e potencializar sua eficácia persuasiva. A escolha lexical – marcada por termos como “capturam”, “açoitam”, “horror” e “crueldade” contribui para a dramatização do enunciado. O efeito é ampliado pelas imagens, que contrapõem gravuras do período escravocrata a fotografias recentes de violência contra jovens negros, configurando um choque visual que confere autenticidade e verossimilhança à denúncia midiática.

O modo argumentativo de organização do discurso emerge nesse cenário ao estruturar-se em torno de uma tese: A violência contra a população negra no Brasil, evidenciada pela associação entre o passado escravocrata e a atualidade, continua. A manchete “A história se repete” sintetiza essa tese, ancorada em um paralelismo visual e verbal que conduz o leitor à interpretação de permanência da crueldade.

Nesse sentido, o que está em jogo é o que Charaudeau (2008, p. 37) define como “um modo de organização que visa a conduzir o interlocutor a aderir a uma determinada conclusão a partir de um encadeamento de provas”. O discurso jornalístico, ao colocar em relação fatos separados pelo tempo histórico, constrói uma analogia que sustenta a argumentação pela via da comparação.

Essa construção é ainda reforçada pela interdiscursividade, na medida em que o jornal recupera uma capa publicada dez anos antes e a reinscreve no presente. Esse

procedimento exemplifica o que Charaudeau (2020, p. 147) denomina “turbilhão do interdiscurso”, em que discursos anteriores são reatualizados e postos a circular em novos contextos de enunciação. A retomada da capa anterior não apenas reforça a legitimidade da comparação, mas também projeta uma memória discursiva que evidencia a persistência da violência. O resultado é um discurso midiático que, ao conjugar informação e emoção, constrói uma estratégia argumentativa de denúncia social, ao mesmo tempo em que convoca o leitor a reconhecer a permanência histórica da crueldade no país.

Portanto, na Teoria Semiolinguística do Discurso, a argumentação é entendida de maneira ampla, sendo inerente a todo e qualquer discurso, uma vez que, o enunciador, direta ou indiretamente, busca a adesão do enunciatário às asserções acerca do mundo apresentadas na interação comunicativa.

A seguir, observemos uma outra análise, que retrata a permanência do racismo entre nós. Como a análise focaliza uma história em quadrinhos, do ponto de vista da Semiolinguística do Discurso, vamos observar informações sobre esse contrato de comunicação.

“História em quadrinhos” (Costa, 2009) é um gênero textual cujo contrato de comunicação se caracteriza por reunir dois tipos de linguagem: a linguagem verbal – narrativa escrita e narrativa falada postas em balões ou legendas – e a linguagem visual – linguagem gráfica. A palavra e a imagem apresentam o mesmo peso, diferentemente, por exemplo, do mangá oriental japonês cuja economia de texto é substituída pela força das imagens e sua sequência. A história em quadrinhos constitui-se de uma linguagem coerente cujos dois elementos – verbal e visual – são indissociáveis. Não se constitui propriamente de legendas nem de ilustrações, pois o que é legível e o que é visível têm sua parte na narratividade.

Considerando, então, o que Charaudeau entende por “ato de comunicação” e o que Costa define como “história em quadrinhos”, observemos os quadrinhos a seguir publicados na rede social Facebook, no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2019.

Figura 4 - História em quadrinhos de Armandinho



Fonte: https://www.facebook.com/tirasarmandinho/posts/2883965218315432/?locale=pt_BR. Acesso em: 09 jan. 2025.

Temos dois quadrinhos que reúnem três personagens: um menininho da raça branca – Armandinho –, um da raça negra, ambos segurando sua bicicleta, e um policial fardado diante deles, focalizado das pernas para baixo, destacando-se, sobretudo, seus coturnos – quase da altura das crianças – e uma parte de um coldre de cintura.

Podemos também observar que as falas dos personagens estão inscritas nos dois quadrinhos, havendo, entretanto, entre os dois, um espaço cuja função seria separá-los, mas que está ocupado pelo personagem Armandinho, falando.

Levando em conta a Semiologia do Discurso e seus princípios básicos do ato de comunicação, podemos abordar as falas, partindo do princípio de alteridade. Identificamos, de um lado, os dois meninos e, do outro, o policial, iniciando-se o diálogo por uma resposta de Armandinho – *Sim, claro que são nossas* –, o que pressupõe que o policial lhes perguntara se as bicicletas pertenciam a eles.

Veem-se, nesse momento, os parceiros, ditos semelhantes por compartilharem saberes: o policial, a partir de seu conhecimento de mundo, sabe que, se os meninos estão carregando as bicicletas, isso ocorre porque, provavelmente, eles sejam os donos. Armandinho e o amigo, por seu turno, sabem que devem responder à pergunta do interlocutor porque este é um policial, profissional da Polícia cuja função é zelar pela ordem e pela segurança dos cidadãos. Os parceiros são diferentes, pois constituem seres do mundo: dois meninos e um adulto. No princípio da interlocução, temos o policial, como sujeito comunicante (SUC), fazendo, implicitamente, uma pergunta, e Armandinho, como sujeito interpretante (SUI), decodificando a

pergunta. No momento da resposta, os papéis se invertem: Armandinho é SUC e o policial o SUI.

Interpõe-se, porém, entre eles o fato de o segundo menino pertencer à raça negra, dado que leva o policial a perguntar se as bicicletas lhes pertencem, embora seja natural que, se os meninos as conduzem, eles são os donos (ou, ainda, elas lhes foram emprestadas, por exemplo). Indagamos, então, por que o policial fez a pergunta?

Existe um *topos* – lugar comum argumentativo – na nossa sociedade que diz que “o negro pode ser ladrão”. Esse imaginário social existe porque a origem dos negros é a escravidão e, quando a Princesa Isabel a aboliu, eles ficaram livres, mas sem emprego, sem moradia, sem nenhuma estrutura para lhes dar apoio. A precariedade e a ausência de políticas públicas que garantissem uma rede de proteção às famílias, o acesso à educação, a empregos mais bem remunerados que lhes garantissem ascensão social constituem, assim, a história da raça negra no Brasil, o que explica a maioria morar em comunidades – morros, periferias –, ter um nível de escolaridade mais baixo, preencher empregos cujas atividades correspondem a trabalhos de menor prestígio e mais pesados.

Retomando a resposta de Armandinho, observamos um comportamento discursivo que representa um sentimento de surpresa seguido de firmeza: *Sim! Claro que são nossas! Vemos, nessa resposta, atuar o princípio de identidade em relação ao menino, que corresponde a: ser um garoto que estuda, ter pais que trabalham, ter casa para morar, ter saúde física e mental para andar de bicicleta.*

Todos esses traços são representados verbalmente por uma construção linguística que se inicia por uma afirmação – *Sim* –, segue-se por uma oração modalizadora que indica simultaneamente perplexidade e asseguramento – *claro que* –, acrescida do conteúdo proposicional ou informativo – *são nossas*. Trata-se de dados sociais que lhe garantem o direito à palavra apoiado em sua legitimidade e credibilidade.

Acrescentemos, com relação à figura, que Armandinho está de boca aberta, o que denota também o sentimento de perplexidade em relação à pergunta, corroborando sua resposta – *Claro que são nossas!*. Por outro lado, o menininho da raça negra está com a boca fechada, denotando uma fisionomia de concentração, dado que comentaremos posteriormente.

Ainda quanto à resposta de Armandinho, percebemos atuando o *princípio da influência* por meio de uma resposta segura, que não admite dúvida – *Claro que são nossas* – e o *princípio de regulação* – por intermédio de uma resposta categórica, mas sem ultrapassar o respeito em relação a um adulto e policial.

Segue-se o diálogo com o policial perguntando: *E a Nota fiscal?*

A pergunta do policial causa ainda mais perplexidade em Armandinho, pois, até então, ele não vira ninguém passar por uma situação semelhante. Nesse momento, ele sai do quadrinho e ocupa o intervalo espacial entre o primeiro e o segundo quadros, como se estivesse fora do mundo, fora da realidade, e pergunta num grito: *Nota fiscal?!*, o que equivale a dizer *Isso é um absurdo!* Neste momento, observamos que sua boca está mais aberta ainda, não só pela elocução, mas também pelo espanto em relação a uma pergunta mais inédita ainda do que a primeira.

Continuamos identificando nessa fala os princípios em que elas se apoiam: o *princípio de alteridade* e o *de identidade*, explicando o comportamento do policial e a reação de Armandinho. O policial, ao perguntar pela nota fiscal, ultrapassa o espaço de razoabilidade; Armandinho, ao se deparar com uma pergunta, então absurda – a primeira já tinha sido inconveniente –, sai do quadrinho e responde com uma pergunta equivalente ao nível da pergunta do policial: *Nota fiscal?!*

No que diz respeito aos *princípios de influência* e *regulação*, percebemos que o grito do menino acompanha o ineditismo da pergunta do policial, numa cadeia de ação e reação, o que pode provocar neste um estado de alerta e que representa o discurso regulado de acordo com a situação.

Partindo para o segundo quadrinho, vemos Armandinho argumentando para defender a sua tese em forma de pergunta – *Nota fiscal?!* – que equivale a *Isso é um absurdo*. A seguir, Armandinho questiona novamente: *Mas quem ia carregar uma nota fiscal?* Essa pergunta vale como um argumento apoiado no conhecimento de mundo dos falantes: *Ninguém carrega na rua a nota fiscal de algo que já lhe pertence*. Assim, temos: *Isso é um absurdo* (tese), e eu digo isso porque *ninguém carrega na rua a nota fiscal de algo que já lhe pertence* (argumento).

Percebemos, na pergunta de Armandinho, os mesmos princípios que nortearam todas as suas falas: *alteridade*, na troca com o interlocutor; *identidade*, na forma de argumentar; *influência*, no modo de reagir; *regulação* no comportamento discursivo.

Passemos, finalmente, para a análise da fala e do comportamento do menino da raça negra, que segue a pergunta de Armandinho, *Mas quem ia carregar uma nota fiscal?*. O menino, virado para o policial, diz *Aqui, senhor!*, e, simultaneamente, estende-lhe a mão com a nota.

Trata-se de uma atitude inesperada, mas explicável. Vemos, nesse momento, o *princípio de alteridade* estabelecido com a reação do terceiro personagem, que se dirige ao policial, agora seu interlocutor, visto também como semelhante, já que ambos compartilham saberes. O policial, por meio de seu conhecimento de mundo, sabe que, ao encontrar dois meninos carregando, cada um, uma bicicleta, os dois meninos, provavelmente, sejam os donos delas, mas interpõe-se um dado relevante para sua interpretação: o segundo menino pertence à raça negra, o que o leva a perguntar se eles são os donos. Por outro lado, o segundo menino sabe que o policial desconfiará dele, sendo ele da raça negra, o que o leva a andar com a nota fiscal no bolso e a apresentá-la ao policial: *Aqui, senhor!*

Observamos que, na resposta *Aqui, senhor!*, atua o *princípio de identidade* em relação ao segundo menino, identidade que corresponde a provavelmente: ser um garoto que estuda na escola pública, ter pais que trabalham em serviços domésticos, ter casa própria ou alugada para morar na comunidade, ter saúde física e mental para andar de bicicleta.

Todos os traços identitários são representados verbalmente por um advérbio dêitico – *Aqui* –, indicando para onde o parceiro deve olhar e pegar a nota fiscal, seguido de uma palavra que usamos quando nos dirigimos a alguém de forma respeitosa ou formal, um pronome de tratamento – *Senhor!*. Estes são seus dados sociais, que, interiormente, lhe garantem o direito de não questionar – como não questionou o menino –, mas apenas provar que é dono da bicicleta – o que ele fez.

Considerando a história em quadrinhos, ainda podemos analisá-la do ponto de vista dos espaços indissociáveis do ato de comunicação: o espaço do dizer – circuito interno do ato de comunicação – e o espaço do fazer – circuito externo do ato. O espaço do dizer é aquele em que atuam os seres da palavra, os protagonistas – SUE e SUD. O espaço do fazer é aquele em que atuam os seres sociais da troca – SUC e SUI.

Observando o primeiro quadrinho, identificamos a interação verbal entre dois personagens: o policial e Armandinho. Como vimos anteriormente, não está

representada a fala do policial, mas ela é pressuposta a partir da resposta de Armandinho: *Sim! Claro que são nossas!*

Partindo dessa cena, vemos que Armandinho é o SUC – o ser de carne e osso –, que empresta a sua voz ao SUE – o ser discursivo – e que reage em relação à pergunta do policial. O SUE, entretanto, é o responsável pela construção da resposta *Sim! Claro que são nossas!*, apoiado, naturalmente, no princípio de identidade, isto é, nas vivências e experiências do SUC – o ser social Armandinho.

A resposta chega ao TUD, ser discursivo policial, que a interpretará. TUI – ser social policial –, portanto, a partir da interpretação do TUD, construirá a imagem de EUC – ser social Armandinho – por meio do que este apresentou como EUE. O policial, por intermédio da oração modalizadora *Claro que*, assim, percebe que Armandinho é um menino decidido e seguro.

O policial, como EUC, continua desconfiado, o que é percebido através de uma nova pergunta imediata de EUE: *E a nota fiscal?*. Armandinho, como TUI se espantará e, na condição de EUE, perguntará num grito: *Nota Fiscal?, Mas quem ia carregar uma nota fiscal?* Neste momento, o menino da raça negra – EUC, então – se manifesta na condição de EUE, dirigindo-se ao policial, então, TUD, dizendo *Aqui, Senhor!* Essa resposta se apoia também no princípio da identidade, isto é, nas experiências de EUC, o menino da raça negra. Com essa resposta, o policial observará que o menino já está acostumado com as dificuldades de quem não tem o *habeas corpus*¹ na cor.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos situar a questão do racismo estrutural presente na sociedade brasileira como fruto de fatores históricos que o país vivenciou a partir de sua descoberta, com a vinda e permanência de escravos africanos, fatos que resultaram em uma sociedade bastante miscigenada. Ressalta-se que o comportamento racista contra negros e pobres em geral ainda está presente na atualidade e uma ampla revisão de conceitos sobre descolonialidade torna-se necessária e, em parte, já se faz presente.

Na análise de textos exemplificativos do racismo – capa do Jornal Extra e história em quadrinhos de Armandinho – evidencia-se a importância de conceitos-

¹O *Habeas Corpus* é um remédio constitucional que protege a liberdade de locomoção de um indivíduo, garantindo que não seja preso ou mantido em detenção ilegalmente ou por abuso de poder.

chave da Teoria Semiolinguística do discurso como fundamentação teórica para interpretação dos textos que têm o racismo como tema. Tomou-se por base a concepção dialógica de linguagem, o papel social e discursivo dos sujeitos interagentes, a noção de contrato e de imaginários sócio-discursivos na análise de conceitos racistas, bem como o papel da enunciação e das estratégias argumentativas utilizadas pelo enunciadores para persuasão dos destinatários.

A pesquisa em pauta busca evocar as razões históricas que explicam o panorama atual, no que se refere ao lugar social atribuído ao negro e aos mestiços na sociedade.

Referências

ALVARES, Claudia Assad *et al.* A atuação argumentativa do enunciador em dois sermões de Vieira: o contexto histórico revisto numa cosmovisão atual. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, n. 26, p. 1-25, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. **As emoções no discurso**, v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. O turbilhão do interdiscurso. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. (orgs.). **Texto, discurso e argumentação: traduções**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **O sujeito falante em ciências da linguagem**. Coordenação da equipe de tradução Maria A. L. Pauliukonis e Rosane S. M. Monnerat. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2025.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2.ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GONZAGA, Jorge Luís; SILVA, Gilberto Ferreira. Raça, razão e de(s)colonialidade: exigências atuais para velhas questões. **Runa**, v. 42, n. 1, p. 301-313, 2021.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. [1998]. Tradução de Emília Mendes. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs.). **As emoções no discurso**. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 57-80.